

ÍNDICE MACKENZIE DE LIBERDADE ECONÔMICA ESTADUAL

2019

Adotando-se a mesma (e consagrada) metodologia do Fraser Institute¹ para o "Economic Freedom of North America 2016"², segue o resultado final do **Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual 2019 (IMLEE)**. O ano base dos dados utilizados é 2017.

O que é o IMLEE?

É um indicador sintético que mede em que medida as políticas das UF (estados e municípios) e as suas conjunturas específicas foram, em 2017, capazes de apoiar a liberdade econômica, a capacidade dos indivíduos agirem na esfera econômica sem restrições indevidas. É um índice inédito no Brasil e que ajuda a avaliar as condições de se empreender e ter sucesso no mercado e o grau a interferência estatal.

O IMLEE é um índice de natureza subnacional que tem como finalidade a comparação de jurisdições estaduais do Brasil a fim de fomentar o debate sobre a liberdade econômica no Brasil por meio de elementos objetivos, assim como estimular a adoção de políticas públicas que ampliem a liberdade econômica e permitam maior crescimento e prosperidade da economia brasileira e de seus cidadãos.

O índice varia de zero (menos liberdade) a dez (mais liberdade) e é uma medida relativa de desempenho dos estados e do distrito federal.

É sempre bom lembrar que o índice mede o grau de liberdade econômica de unidades da federação dentro um país cujo contexto de liberdade econômica. Ou seja, mesmo que uma determinada unidade da federação esteja numa boa posição no *ranking*, ainda sim as condições gerais de se fazerem negócios no Brasil são ruins.

¹ KARABEGOVIĆ, Amela et al. North American economic freedom: an index of 10 Canadian provinces and 50 US states. **European Journal of Political Economy**, v. 19, n. 3, p. 431-452, 2003.

² STANSEL, Dean; TORRA, J.; MCMAHON, F. **Economic freedom of North America 2016**. Fraser Institute, 2016.

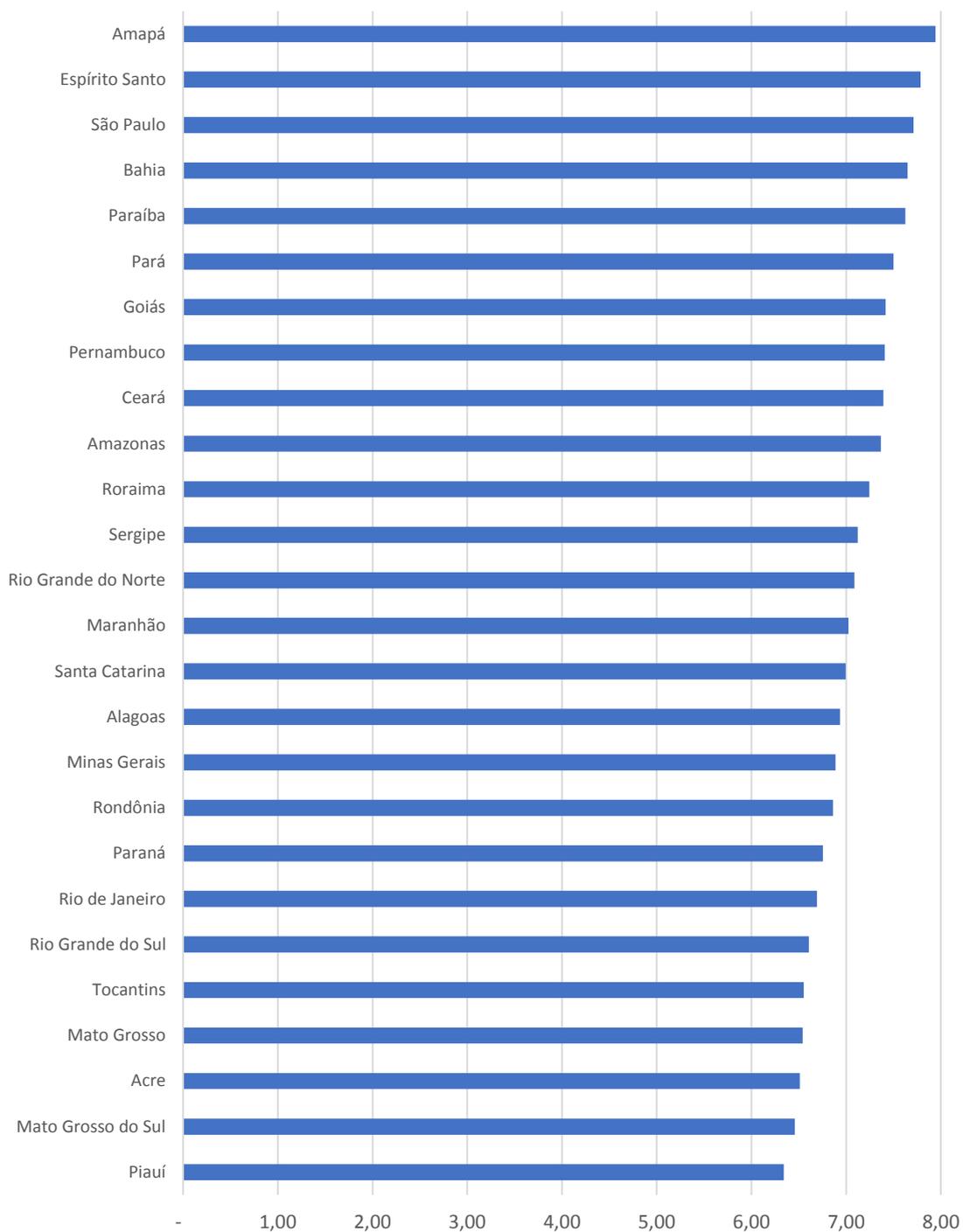


Gráfico 1: Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Tabela 1 – Evolução das notas padronizadas e compatibilizadas 2014-2017

UF	2014	2015	2016	2017	Variação 2014-2017	Variação 2016-2017
Acre	5,65	4,29	4,79	6,51	15,3%	36,0%
Alagoas	6,55	5,68	5,50	6,94	5,9%	26,2%
Amapá	7,38	6,03	6,44	7,94	7,6%	23,4%
Amazonas	4,90	4,34	4,88	7,37	50,2%	51,1%
Bahia	6,38	5,68	5,97	7,65	20,0%	28,2%
Ceará	5,98	5,30	5,59	7,39	23,7%	32,2%
Espírito Santo	6,08	5,55	6,30	7,79	28,1%	23,7%
Goiás	6,32	5,81	5,54	7,42	17,4%	33,9%
Maranhão	6,20	5,74	5,44	7,03	13,2%	29,0%
Mato Grosso	6,76	5,30	4,81	6,54	-3,3%	35,9%
Mato Grosso do Sul	6,72	5,52	5,55	6,46	-3,9%	16,3%
Minas Gerais	5,94	6,02	5,29	6,89	15,9%	30,3%
Pará	6,29	5,62	5,90	7,50	19,2%	27,1%
Paraíba	6,29	5,91	6,23	7,63	21,3%	22,4%
Paraná	6,35	5,90	5,46	6,75	6,4%	23,8%
Pernambuco	6,26	5,28	6,10	7,41	18,4%	21,4%
Piauí	6,84	5,48	5,79	6,34	-7,3%	9,6%
Rio de Janeiro	5,91	5,95	6,07	6,69	13,3%	10,2%
Rio Grande do Norte	5,83	5,26	5,98	7,09	21,7%	18,6%
Rio Grande do Sul	5,81	5,32	5,72	6,61	13,6%	15,4%
Rondônia	5,45	5,66	5,57	6,86	25,8%	23,1%
Roraima	6,89	5,49	5,37	7,25	5,1%	34,9%
Santa Catarina	6,51	6,58	6,32	7,00	7,5%	10,6%
São Paulo	5,23	5,28	6,23	7,71	47,4%	23,7%
Sergipe	5,75	4,99	5,67	7,12	23,9%	25,6%
Tocantins	6,72	5,12	4,15	6,55	-2,6%	57,9%
MÉDIA GERAL	6,19	5,50	5,64	7,09	14,6%	25,7%

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

O que se pode observar é que, em geral, as notas das UF caíram nos anos de recessão (2015-2016), agravando o ambiente local de negócios – muito disso é explicado pela queda na renda (que é utilizada como denominador em sete de nove componentes do índice).

Em 2017, todas as unidades federativas aumentam suas notas e, portanto, passam a contar com melhor ambiente de negócios. A maior parte delas recupera pontos perdidos durante os anos de recessão. O que é de se chamar atenção é que umas UF se recuperam mais do que outras.

Como ele é calculado?

Ele é composto pela média simples (mesma ponderação) de três dimensões:

- Dimensão 1: Gasto dos governos
- Dimensões 2: Tributação
- Dimensões 3: Liberdade no Mercado de Trabalho

Tabela 2 – Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual e seus componentes

UF	Tamanho de Governo	Tributação	Mercado de Trabalho	IMLEE 2019
Acre	7,47	7,38	4,69	6,51
Alagoas	7,97	7,96	4,88	6,94
Amapá	9,18	8,86	5,79	7,94
Amazonas	8,62	7,50	5,97	7,37
Bahia	8,77	8,19	6,00	7,65
Ceará	8,63	7,68	5,87	7,39
Espírito Santo	8,91	7,23	7,22	7,79
Goiás	9,04	4,89	8,33	7,42
Maranhão	8,58	8,30	4,19	7,03
Mato Grosso	8,45	3,65	7,51	6,54
Mato Grosso do Sul	8,05	4,18	7,14	6,46
Minas Gerais	7,84	6,50	6,33	6,89
Pará	8,47	8,02	6,01	7,50
Paraíba	9,30	8,43	5,15	7,63
Paraná	8,40	5,48	6,38	6,75
Pernambuco	8,20	7,75	6,27	7,41
Piauí	8,31	7,06	3,67	6,34
Rio de Janeiro	8,50	6,22	5,36	6,69
Rio Grande do Norte	8,45	7,32	5,49	7,09
Rio Grande do Sul	7,28	6,59	5,94	6,61
Rondônia	8,79	6,56	5,24	6,86
Roraima	8,16	8,09	5,48	7,25
Santa Catarina	9,01	5,85	6,12	7,00
São Paulo	8,46	7,16	7,51	7,71
Sergipe	8,53	6,89	5,94	7,12
Tocantins	7,82	6,46	5,38	6,55
MÉDIA GERAL	8,43	6,93	5,92	7,09

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Em 2019, o estado de São Paulo figura como um dos que detém maior liberdade econômica, juntamente com Espírito Santo, Bahia, Paraíba e Bahia. É interessante notar que o estado com melhor posicionamento no ranking de 2019, Amapá, atingiu nota 7,94 – ou seja, bastante coisa precisa ainda melhorar para se atingir a nota 10 (máxima liberdade econômica).

Já o Piauí, Tocantins, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul figuram como os estados com menor liberdade econômica, ocupando as últimas posições do ranking. Rio Grande do Sul, é um caso que merece destaque, pois é uma das unidades da federação mais famosas e relativamente rica, porém que se desencaminhou após sucessivas administrações estaduais (e municipais), sofrendo sérios problemas de finanças públicas.

Dimensão 1: Gastos dos governos

A Dimensão 1 avalia três indicadores relacionados às despesas do setor público:

- i. Consumo primário (custeio da máquina pública) dos governos de uma mesma unidade da federação (estado e todos municípios de sua jurisdição);
- ii. Transferências e subsídios efetuados pelas esferas estadual e municipal da mesma jurisdição;
- iii. Despesas previdenciárias e com pensões pelas esferas estadual e municipal da mesma jurisdição.

Todos esses indicadores são calculados como percentual da renda estadual, cujo cálculo foi obtido por meio da renda bruta dos residentes das UF: a agregação de todos os rendimentos recebidos pelas pessoas, divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua) do IBGE – divulgação anual de 2017.

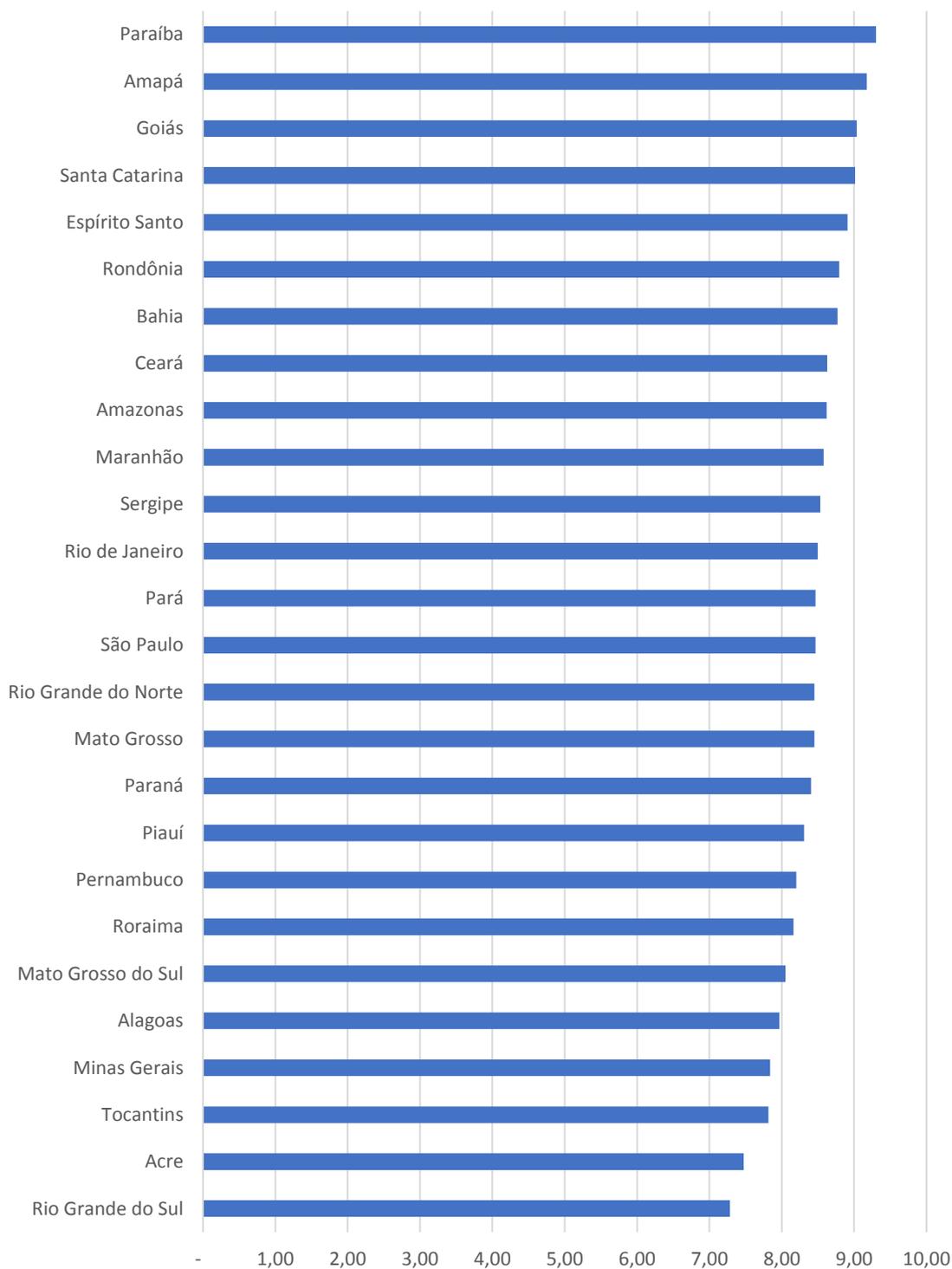


Gráfico 2: Dimensão 1 – Tamanho de Governo

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Vale notar que a natureza das despesas selecionadas não envolvem gastos de investimento dos governos, como obras de infraestrutura, por exemplo. São consideradas apenas as despesas de “consumo dos governos” e de transferências institucionais e pessoais.

Dimensão 2: Tributação

A Dimensão 2 mensura o peso tributário das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) em relação à renda bruta das famílias residentes numa mesma jurisdição estadual. Os indicadores adotados são:

- i. Impostos sobre a renda (Pessoa Física e Pessoa Jurídica – IRPF e IRPJ respectivamente);
- ii. Impostos sobre propriedade e transferências de patrimônio (IPTU, ITR, ITBI, ITCMD, IPVA);
- iii. Tributos indiretos sobre produção e consumo de mercadorias e serviços (IPI, ICMS, ISS, PIS/COFINS).

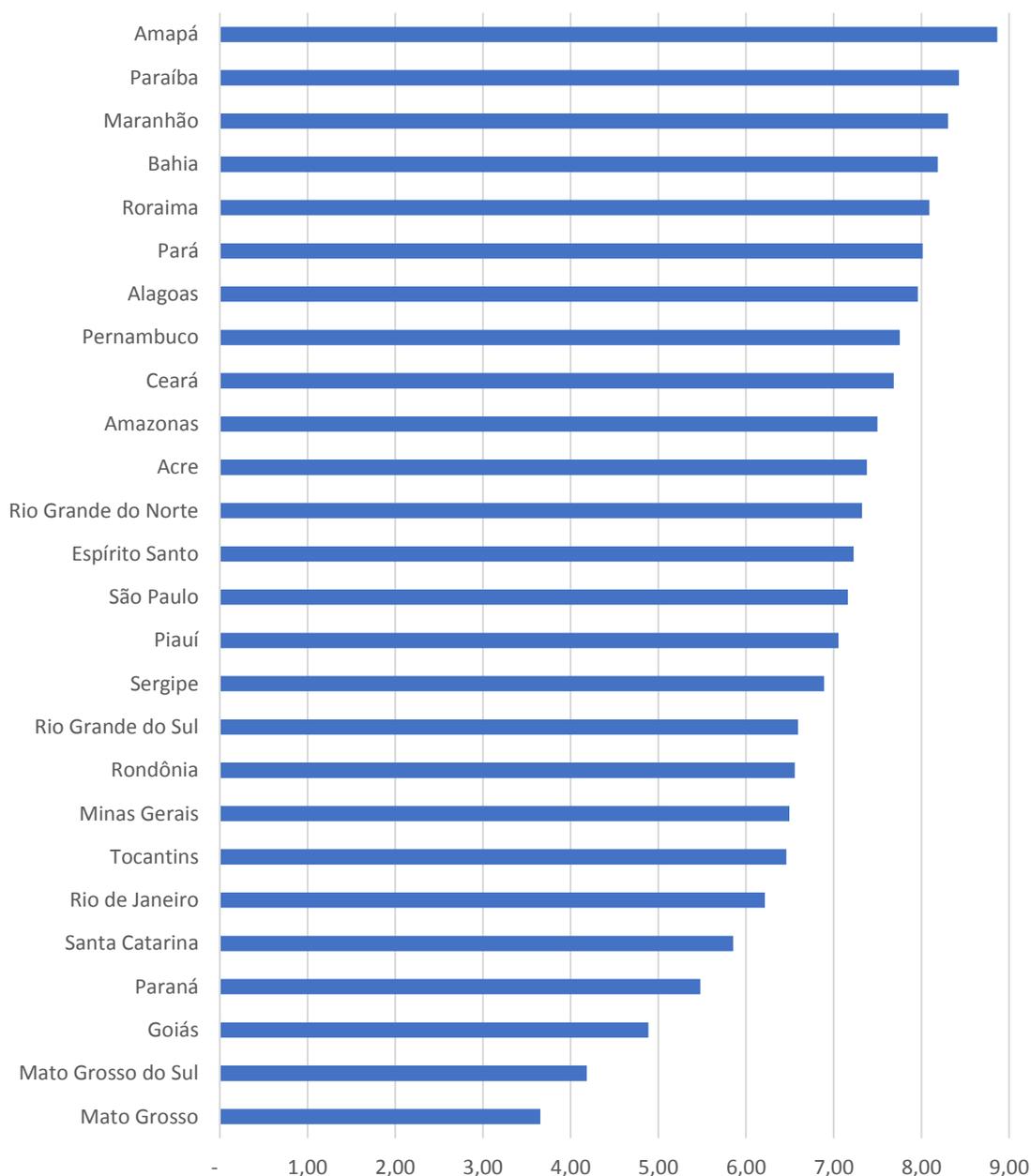


Gráfico 3: Dimensão 2 – Tributação

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Assim como na Área 1, todos esses indicadores são calculados como percentual da renda estadual obtida por meio da PNAD/IBGE.

Dimensão 3: Liberdade no Mercado de Trabalho

A dimensão 3 mede os aspectos relativos aos mercados de trabalhos estaduais, também por meio de três indicadores:

- i. Existências de leis estaduais sobre salário mínimo – i.e., piso salarial estadual diferente do nacional – e seu valor relativo anualizado em termos da renda per-capita anual;
- ii. Emprego do setor público das três esferas na jurisdição (administração direta e indireta) como proporção do total do emprego estadual (formal e informal);
- iii. Densidade sindical – proporção do número de funcionários que são membros de sindicatos em relação ao total de empregados na UF³.

³ Calculado de acordo com o método adotado em Stansel et al. (2016), *op. Cit.*

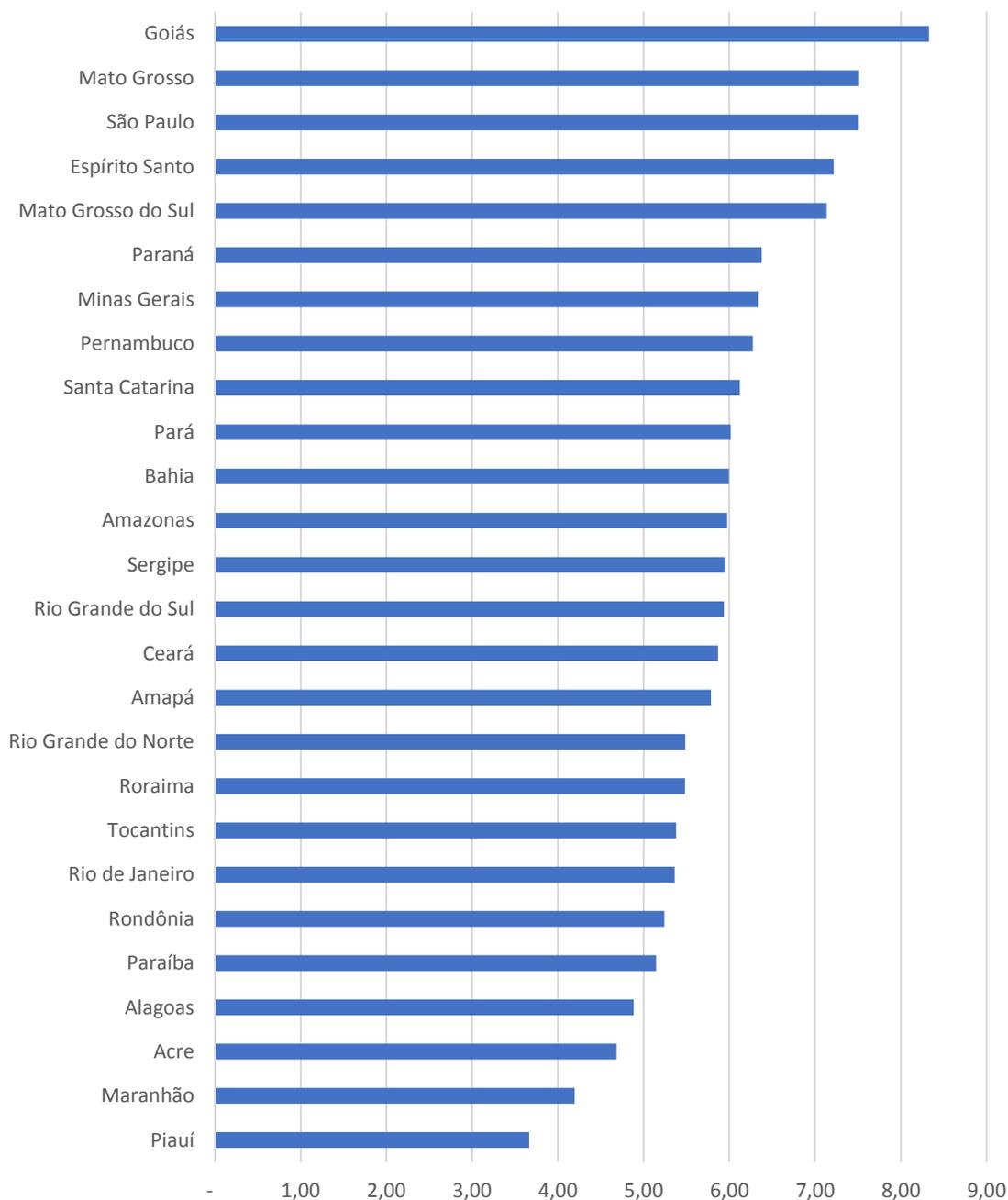


Gráfico 4: Dimensão 3 – Mercado de Trabalho

Fonte: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica

Informação relevante

Todas as fontes de dados foram oficiais: IBGE - PNAD, Secretaria do Tesouro Nacional - Siconfi, Receita Federal, Ministério do Trabalho – RAIS, além dos sítios eletrônicos e diários oficiais dos governos estaduais.

Equipe de pesquisadores responsáveis pela elaboração

Prof. Dr. Vladimir Fernandes Maciel

Coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e professor do Mestrado Profissional em Economia e Mercados e da graduação em Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Prof. Dr. Ulisses Monteiro Ruiz-de-Gamboa

Pesquisador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e professor do Mestrado Profissional em Economia e Mercados e da graduação em Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Julian Alexienco Portillo, Mariangela Ghizellini e Clayton Anacleto dos Anjos (mestrandos em Economia e Mercados)

Bolsistas de pesquisa – financiados com recursos da bolsa Itaú concedida ao Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e do Fundo Mackenzie de Pesquisa